

UNIÃO EUROPEIA: UMA REVOLUÇÃO PACÍFICA?

por Mário Soares

Finalmente a imprensa europeia compreendeu que o ataque ao euro pode destruir a integração europeia. E que para evitar essa catástrofe - como já lhe chamam políticos e comentadores europeus reputados - é necessário criar um fundo monetário europeu capaz de ajudar os Estados, financiando os mais débeis, sempre que for preciso. Mas não só. Também, criar um governo económico, que já foi referido pela Chanceler Merkel, para a zona euro (16 dos Estados da União) e um Governo político da Europa, igualmente dos 16. O que implicará: uma Europa a duas velocidades: os da zona euro e do espaço Schengen, por um lado; e os restantes onze, que não pertencem - nem querem pertencer - tanto ao euro como a Schengen, nem a uma Europa, que avance no sentido federal. Nisto consiste a revolução, que requer uma mexida séria no Tratado de Lisboa e que porventura dispensará, para ser mais rápida, os referendos ratificativos, dos respectivos Estados nacionais.

Num mundo em que a geo-estratégia se modificou profundamente, com a presença dos novos Estados emergentes, cada vez mais conscientes da sua força económica e financeira, e também, do seu poderio demográfico e militar, a União Europeia entra totalmente em decadência se não se une e não se impõe, financeira, económica e politicamente, como um só bloco. É uma das ironias da crise. Como disse, numa entrevista ao "Le Figaro", de 19 de Maio último, o antigo primeiro ministro francês, Édouard Balladur, gaulista e conservador: "a crise do euro é um episódio da crise mundial", mas, atenção: "sem a zona euro, a Europa desintegrar-se-ia e sairia da história", isto é: não contaria mais como um dos polos de desenvolvimento mundial, interventor, influente e de bem-estar social.

E ainda, significativamente: "não cessamos de gabar o modelo social europeu. Assim é necessário preservá-lo e ter a coragem política de fazer as reformas necessárias para nos adaptarmos à globalização".

Estas e outras medidas - como a redução drástica dos déficits e dos endividamentos externos dos respectivos Estados - reformas anunciadas e exigidas há uma semana, estão longe de estar garantidas. Porquê? Porque são precisos organismos financeiros, económicos e políticos europeus de fiscalização e controlo que não existem ou não têm poder. O Banco Central Europeu, a Comissão Europeia, o Presidente europeu e o Parlamento Europeu, precisam de entender-se entre si, mas não o conseguem, infelizmente. Por detrás deles está a sombra dos grandes Estados europeus - que estão longe de pensar e agir no mesmo sentido - e agora da Chanceler Angel Merkel, que fala e actua, em nome da União, como se fosse a líder da Europa. Não é - nem pode ser pelo seu passado - embora se deva reconhecer que representa o país mais rico da União. Contudo, isso não lhe dá o direito de passar por cima dos grandes princípios fundadores da CEE, e, depois, da União: a igualdade, a unidade e a solidariedade de todos os Estados-membros.

Impor medidas de austeridade financeira e económica, é fácil, embora sejam muito duras para as populações menos favorecidas e para as classes médias, sempre as mais atingidas. Para não falar dos pobres e dos desempregados. Mas fazê-las, mantendo a justiça social, tendo em conta as pessoas mais do que o dinheiro - e punindo o despesismo do Estado, em todos os sectores e os grandes responsáveis da crise - é bem mais difícil, como se tem visto. E, no entanto, sem que os grandes especuladores e os políticos corruptos sejam punidos, as reformas serão contestadas na rua e assumirão, eventualmente, um carácter violento, que pode tornar-se muito perigoso.

Donde, há aqui uma contradição que deve ser bem gerida pelos Governos: impor as medidas de austeridade indispensáveis, para evitar as catástrofes de bancarrotas à vista, em alguns Estados europeus; e ao mesmo tempo crescer economicamente e evitar as explosões sociais. Tarefa bem difícil que a União Europeia só pode conseguir abandonando o imobilismo dos últimos anos e se for capaz de empenhar-se em reformas que a reforcem, como uma verdadeira Comunidade, com regras éticas próprias, baseada em sociedades de bem-estar, socialmente coesas, inclusivas, respeitadoras dos Direitos Humanos e da defesa do Ambiente.

Só através de um movimento de consciencialização e de participação da cidadania europeia, isso poderá conseguir-se.

Portugal na crise do euro.

Contrariamente ao que alguns dizem, não é Portugal que está empenhado em salvar o euro dos especuladores. Não tem peso para tanto. É a União, no seu conjunto, que a crise do euro, pode levar à desagregação, o que seria uma catástrofe para Portugal, e para todos os outros nossos parceiros europeus, incluindo a Alemanha. Daí, que sejamos obrigados, por interesse próprio, a dar o nosso contributo para a defesa da moeda única.

Comentadores políticos pouco esclarecidos, quando o primeiro ministro português anunciou algumas das medidas de austeridade tomadas no último Conselho Europeu, em defesa do euro, escreveram que Portugal se tinha tornado num "protectorado europeu". É não perceber nada do funcionamento da União, a que pertencemos há vinte e cinco anos, como Estado-membro de pleno direito. Para mais, tendo adoptado a moeda única - onde estaríamos hoje se não o tivéssemos feito? - e ao espaço Schengen. Certamente julgam que a nossa adesão serviu só para receber milhões da Europa e para nos transformarmos - como sucedeu - em membros do 1º mundo, como tal reconhecidos e prestigiados.

A adesão à Comunidade representou a contrapartida necessária da descolonização, da democratização e do desenvolvimento. E foi responsável pelos anos de paz civil e progresso económico, político e de bem-estar, que temos vivido na II República, sem paralelo aliás na nossa História.

Neste momento, como todos sabemos, atravessamos um período muito difícil. Crise, importada do estrangeiro e do capitalismo financeiro e especulativo, dito de casino, em que temos vivido desde 2008. Num mundo globalizado, desregulado e em acelerada mudança. Só podemos vencer essa crise no quadro europeu, a que pertencemos. Não, por forma submissa, como um parceiro menor - que não somos - mas activamente, contribuindo com ideias, críticas e propostas inovadoras. Estamos todos no mesmo barco - não o esqueçamos - e somos todos europeus, sem perder as nossas identidades nacionais, língua e cultura próprias.

Seria bom, neste contexto, que não é fácil, que os Parceiros Sociais (Sindicatos e Associações patronais ou corporativas) e também, obviamente, os Partidos e Associações Cívicas, tivessem consciência das dificuldades que atingem grande parte da população portuguesa. E que agissem em conformidade e não só segundo os seus interesses corporativos e partidários. Estamos num momento em que o patriotismo não é uma palavra vã.

Assisti à entrevista do primeiro ministro, à RTP. Claro que não se deixou cair nas armadilhas e repetidas interrupções menores que, continuamente, lhe fizeram, de mau jornalismo, diga-se. Não era o momento para isso. A opinião portuguesa esteve expectante e não queria, obviamente, apanhar o primeiro ministro em falso. Queria uma explicação didáctica, clara e, tanto quanto possível completa, das razões da crise e como a vamos ultrapassar. Por isso, o primeiro ministro em vez de uma entrevista, como tantas outras, mais ou menos eleitoralista, devia ter feito uma comunicação formal ao País. Aconselho-lhe vivamente que o faça, na primeira oportunidade. Os portugueses precisam de saber, pela boca do primeiro ministro, com simplicidade e transparência, a situação em que estamos, e como pensa que vamos sair dela.

É óbvio que o Governo se manterá, pelo menos, até a uns meses depois das eleições presidenciais. O fracasso da moção de censura apresentada ao Parlamento pelo PCP - motivada por razões exclusivamente de competição partidária - é a prova disso. Não há alternativa, como se percebe, ao Governo Sócrates. Querem-no atacar e destruir, mas não substituir.

Sendo assim, o Governo actual não pode deixar-se paralisar. Tem de agir, patrioticamente, e bem. Para tanto, em vez de andar a tapar buracos, tem de definir uma estratégia clara, a médio prazo, e de a seguir imperturbavelmente, dizendo a verdade aos portugueses e dialogando, com paciência e bom senso, com todos. Se o fizer, com sentido de oportunidade, atrevo-me a dizer que pode ser um Governo que ficará na história...

Uma entrevista oportuna

O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Luís

Amado, deu uma entrevista (importante) ao Diário Económico, de 17 de Maio. Permito-me chamar a atenção para ela, porque merece ser lida e meditada.

Contudo, permito-me discordar do que chama "a grande coligação". Não há condições partidárias para tanto. Mas contente-se, Senhor Ministro, com o acordo informal entre os líderes dos dois maiores Partidos. Já é muito bom. Mas, atenção, tem que ser cultivado com cordialidade, prudência e tacto, por ambas as partes. Um Governo, como o actual, pode fazer ainda imenso trabalho

útil. Desde que não se deixe perturbar pela guerrilha que lhe movem os Partidos, os Sindicatos e a Comunicação Social.

Três dias em Nápoles.

Participei, no último fim de semana, numa conferência organizada em Nápoles, pela Dr^a. Maria Luísa Cusati, cônsul honorária de Portugal, com a colaboração do Instituto Camões, do Forum Universale delle Culture, da Università degli Studi di Napoli "L'Orientale" e da Associazione Italia-Portogallo-Napoli. A conferência intitulava-se "Cento Anni di Repubblica in Portogallo (1910-2010)". Estavam presentes, pela parte portuguesa, Artur Santos Silva, o Prof. Jorge Miranda, o embaixador Nunes Barata, o conselheiro cultural Paulo Cunha e Silva, a vice-presidente do Instituto Camões, Maria Dinah Azevedo Neves e a adida comercial em Itália, Alexandra Rebelo, bem como o nosso embaixador em Itália, Fernando Neves, que foi gentilíssimo e incansável para que tudo corresse bem.

E, efectivamente, correu. É impressionante como um tema tão português, interessou tanto aos italianos presentes, sem arredar pé, durante uma sessão colectiva, realizada na Cappella Palatina di Castel Nuovo, que durou três hora e meia...

Houve também um jantar para que fomos convidados, no final, da União dos Cônsules Honorários Italianos, de toda a Itália, cerca de trezentos, no Círcolo dell'Unione, para que fomos gentilmente convidados. Realmente, a simpatia e o interesse real da Itália por Portugal, que tem séculos, mas que se intensificou depois da Revolução dos Cravos, é verdadeiramente excepcional. O que nos conforta em momento de tanto pessimismo nacional...

Lisboa 25 de Maio de 2020